

O DESAFIO DA AUTOGESTÃO NO FORTALECIMENTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE TABULEIRO – MURITIBA/BA

Alane Amorim Barbosa Dias, Pós-Graduanda - IFBaiano; Seonária Costa Santana, Pós-Graduanda - IFBaiano; Cleidson Santos de Jesus. Graduado – UFRB; Heron Ferreira Souza – Professor Titular – IFBaiano (Orientador).
alane.a@hotmail.com; narinha.costa1@gmail.com; cleidson2010@gmail.com;
heronifbaiano@gmail.com.
GT 8 – Desafios da autogestão

Resumo

O trabalho em andamento visa verificar em que medida as percepções dos associados podem/têm contribuído para a des-re-estruturação da Associação. Utilizando-se da pesquisa-ação, priorizou usar na etapa do diagnóstico o diário de campo, a observação e a entrevista semiestruturada. Como sistematização dos levantamentos, discutiu-se a importância da autogestão. As vivências e valores dos produtores associados refletem os desafios da participação ativa na sociedade brasileira e da construção de projeto coletivo no campo, também reflexo da singularidade do campesinato brasileiro que apesar da organização e trabalho familiar configura-se pela fraca coletividade.

Abstract

The work in progress is aimed at verifying the extent to which the members' perceptions can / have contributed to the de-re-structuring of the Association. Using the action research, he prioritized to use the field diary, the observation and the semi-structured interview in the diagnosis stage. As a systematization of the surveys, the importance of self-management was discussed. The experiences and values of the associated producers reflect the challenges of active participation in Brazilian society and the construction of a collective project in the countryside, which is also a reflection of the singularity of the Brazilian peasantry, which, despite the organization and family work, is characterized by a weak community.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Este trabalho é decorrente do Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Pós-Graduação Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia do IFBaiano, campus Serrinha/Ba. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, sendo este trabalho oriundo do material apresentado para qualificação do programa de pós-graduação e as informações elucidadas, decorrente de três etapas realizadas da metodologia proposta.

Sendo identificadas como inerente do ser humano, as praticas associativistas já nascem enraizadas com o individuo, porém no seu processo de construção, estes fatores, em sua maioria vão se perdendo. Desde os tempos primórdios que se observam práticas de

associação entre estes, evidenciando a necessidade de sempre estarem em organização para juntos garantirem a sobrevivência.

O associativismo tem como base a lógica descrita pelos movimentos da economia solidária e do cooperativismo. Utiliza a participação como estratégia de transformação do individualismo como um mecanismo que acrescenta capacidade de produção geradora e condiciona a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento, como também o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões para transporte, escoamento da produção, dentre outros. “[...] Esta nova prática de produção privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras.” (CHAVES E PINTO, 2007, p. 61).

A participação é um dos pressupostos básicos do movimento associativista. Esta é responsável pelo processo de construção, mudança e transformação do contexto social, se desenvolve através da atuação organizada e é responsável pela resolução de conflitos e promoção do bem comum. Sob alusão de Arnstein (1969), a participação é uma tática de compartilhamento do poder, que possibilita aos cidadãos que vivem à margem do processo construtivo político e econômico implicarem de forma ativa nas sucessões futuras. Desse modo, a participação assume caráter dicotômico, poder ser ativa, quando os indivíduos participam ativamente das decisões e passiva, quando os indivíduos não atuam de modo deliberativo.

A participação organizada pode expressar o desejo popular. Para construção e desenvolvimento de uma associação a participação efetiva dos membros é de fundamental importância. Sem o posicionamento dos sujeitos neste espaço, esta assume caráter empresarial e passa a ser liderado apenas pelo seu representante e os demais componentes da associação se tornam meros executores das ordenanças. A associação tem grande potencial referenciador e de mudança, na medida em que seus associados assumem papel de construtores da realidade. Passam a ser atores do processo e deixam de ser meros executores.

O presente trabalho toma como base de desenvolvimento os pressupostos da pesquisa-ação (PA). Todos os elementos dimensionados devem ser pensados por eles, para eles e com eles. Assim, evidencia-se a grande influência que a participação possui nesse processo metodológico. Sendo delineada na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Tabuleiro e Região, a presente PA encontra como diagnóstico do processo o dilema da participação e efetividade dos associados na associação. Tornando o processo de construção da PA mais desafiador e provocador, porque se evidencia que, se os sujeitos

não participam do processo de construção e transformação do seu espaço, como irão participar de um processo de construção que inicialmente aparenta ser distante deles? Estes analisam que na sua maioria, os pesquisadores só os utilizam como iscas às suas pesquisas e estes continuam no mesmo estado antes encontrado, fator que implica um desafio maior para desconstrução dos estigmas criados.

Percebe-se que a participação desenvolvida na associação, toma como base a participação à base de incentivos materiais, visto que analisa-se que os associados não se percebem como parte da associação e não desenvolveram ainda, sua identidade com base na cooperação e solidariedade. Destaca-se que os associados não foram protagonistas do processo de construção da associação e não sabem de fato o significado do movimento, logo, possuem lacunas em seu espaço formativo, de atuação e estruturação.

Assim, a pergunta que norteia o desenvolvimento da PA é: Em que medida os sentidos, valores e percepções dos associados e não-associados podem contribuir/tem contribuído para a des-re-estruturação da Associação?

O Objetivo geral toma como base Analisar em que medida os sentidos, valores e percepções dos associados podem contribuir/tem contribuído para a des-re-estruturação da Associação. Detalhadamente, os objetivos específicos visam: Identificar o processo histórico de construção da Associação e os desafios e estratégias vividas pela associação; Verificar o processo de organização atual da associação, níveis de participação dos associados e Construir de forma coletiva e problematizadora o planejamento estratégico da associação.

2. A PESQUISA-AÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA PARTICIPAÇÃO

A pesquisa-ação (PA) é um método/estratégia, em sua maioria, utilizada como instrumento de pesquisa das ciências sociais aplicadas. Por meio desta é possível obter uma clareza de todo processo a ser desenvolvido no caminho da pesquisa, sendo necessária uma constante reflexão das etapas que se desenvolve no caminho da práxis: não existe um detentor do conhecimento, todos colaboram para construção do mesmo. Segundo Barbier (2007, p.54), “a pesquisa-ação reconhece que o problema nasce, num contexto preciso, de um grupo em crise. [...]”.

Thiollent (1986, p.9) afirma que a pesquisa-ação tem como argumento desenvolver nos pesquisadores e participantes a capacidade de responder de forma mais eficiente às problemáticas demandadas através de ações transformadoras, ou seja: ações participantes,

onde os envolvidos tenham vez e voz. “[...] a proposta de pesquisa-ação dá ênfase a análise das diferentes formas de ação [...] realidade social não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas. [...]”.

Thiollent (1986, p. 14), define assim, a pesquisa-ação com base nas noções do empirismo e na representação de pesquisadores e/ou participantes cooperativo.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Em síntese, a pesquisa-ação toma como pressuposto a noção que o conhecimento científico é provisório e depende do contexto histórico no qual se inseri, pois a realidade pratica e os elementos nele inseridos, estão sujeitos à mudança. Assim, para desenvolvimento desta PA utilizar-se o modelo desenvolvido por Dionne (2007) que consiste no desenvolvimento da pesquisa-ação em quatro fases, sendo estas: Diagnóstico, Plano de ação, Execução e Avaliação.

2.1 Diagnóstico

A primeira etapa da pesquisa-ação descrita por Dionne (2007) é o diagnóstico ou a identificação da situação. O diagnóstico visa identificar a situação do contexto inicial do grupo a ser trabalhado. Tem como base principal três operações: “a) identificar os fatos de modo adequado; b) formular com precisão os problemas em causa; c) priorizar os problemas a solucionar.” (DIONNE, 2007 p. 71) Por meio deste é possível se identificar a situação inicial da temática a ser estudada.

Realizar o check-up da situação é base do diagnóstico. Visa evidenciar aspectos harmônicos ou/e desarmônicos da realidade. Possibilita visão global, simples, clara e dinâmica da situação. O diagnóstico prevê de forma direta, profunda e eficaz o objetivo de ser alcançado, facilita o processo de apreensão da realidade, auxilia na definição de metas e possibilidades de responder às demandas latentes.

Segundo Dionne (2007, p.87), a identificação das situações iniciais “[...] consiste em definir e bem acertar seu ponto de partida. [...]” O diagnóstico se destaca como o ponto

chave da pesquisa-ação, nesta fase a forma como será a relação do pesquisador e atores deve ser estabelecida, pois esta é base do processo de construção da PA.

Para desenvolvimento desta etapa, uma das ferramentas utilizadas no processo de construção do diagnóstico foi à entrevista semiestruturada, aplicada junto à direção da associação. Tratando-se de um processo de construção de um diagnóstico, pautou-se em utilizar ferramentas e técnicas do conjunto do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que preza por salientar a participação das partes envolvidas no processo como base de todo desenvolvimento.

Juntamente com a utilização da entrevista semiestruturada, utilizou-se como ferramenta de análise do diagnóstico, o diário de campo, a observação e a análise documental. O método da observação consiste na técnica de enxergar e ouvir atentamente os fenômenos no que se pretende investigar, sendo comumente utilizada em conjunto

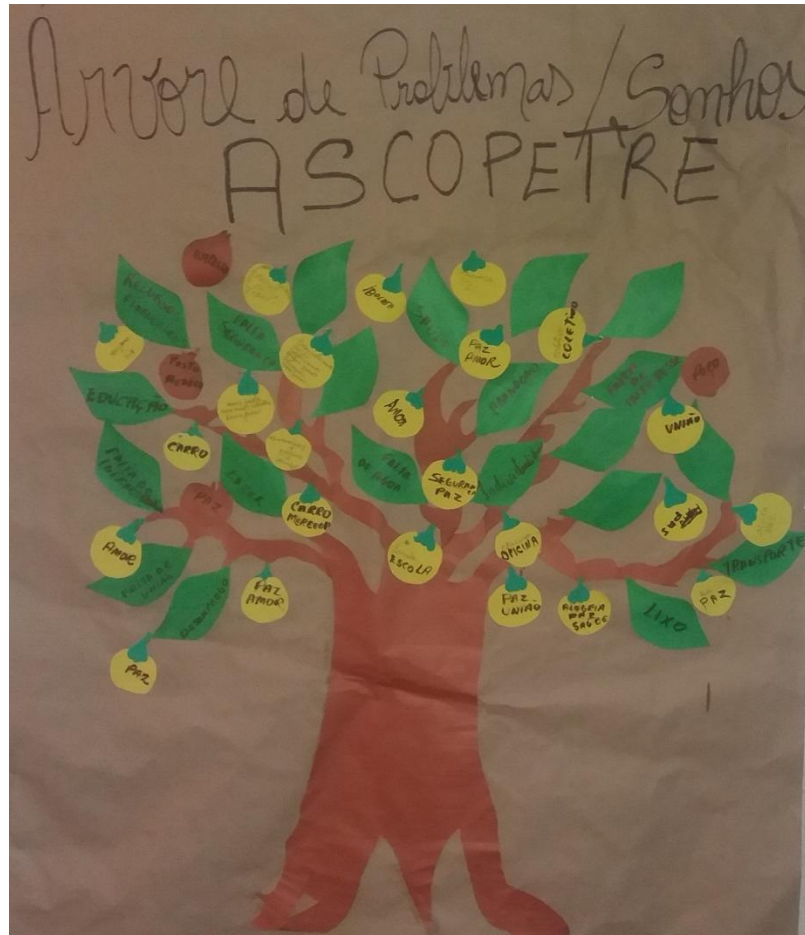


Figura 1 - Árvore de Problemas/Sonhos da ASCOPETRE

com outras técnicas de análise, ou seja, a observação é a detecção dos fatos como estes se apresentam aos indivíduos.

Outra ferramenta utilizada no diagnóstico foi à dinâmica do Nó Humano. Comumente esta dinâmica é utilizada como uma forma de socialização, integração e valorização entre as pessoas. No desenvolvimento desta atividade, desencadeia-se a necessidade de assumir compromissos e pensar em estratégias de soluções, proporciona a vivência em grupo, bem como a importância da cooperação, comunicação e interação.

Esta dinâmica teve como finalidade observar a forma como se constitui e desenvolve os laços dentro da entidade.

Visando caracterizar a situação da associação, tendo como base às perspectivas dos associados, aplicou-se a ferramenta da árvore de problemas/sonhos, construída de forma coletiva entre os associados. Os frutos de amarelo e alguns marrons simbolizam os sonhos, as folhas de verde, simbolizam os problemas, conforme Figura 1 - Árvore de Problemas/Sonhos da *ASCOPE TRE*. Tomou-se como base de desenvolvimento para se pensar a ferramenta, a comunidade onde a associação está inserida, tencionando-os a pensar sobre os problemas que percebiam na comunidade e os sonhos destes para a comunidade, visando assim, elucidar as diversas formas de atuação da associação na comunidade.

Tendo em vista as problemáticas elencadas discute-se a elaboração de um planejamento estratégico a curto, médio e longo prazo para atuação da associação, levando em consideração a participação da comunidade e associados, identidade e reconhecimento da comunidade.

2.2 Plano de Ação

A segunda etapa é caracterizada pela definição das ferramentas a ser utilizadas e construção do plano de ação – atividades a ser desenvolvidas na pesquisa-ação com objetivo na compreensão e intervenção da realidade. Visa à construção da caminhada a ser trilhada durante o processo, conjunto de atividades, definindo os passos a serem dados em conjunto com os atores, possibilitando a visualização da pesquisa como um todo.

O plano de ação, conhecido também como projeção de soluções, visa assegurar os passos a ser tomados no desenvolvimento da PA. Segundo Dionne (2007) esta etapa visa d) elaborar hipóteses de soluções, e) definição dos objetivos da PA, f) formulação de um plano de ação e g) projeção da avaliação da intervenção. A pesquisa é desenvolvida com base nas hipóteses de explicação, sem esquecer-se das hipóteses de soluções práticas.

A construção do plano é feita com base na valorização da realidade local, incentivando a participação efetiva na realização das atividades, priorizando as metas com foco no cidadão, missão e visão da realidade, além de enfatizar a melhoria nas condições de trabalho e convívio na comunidade.

Com base no diagnóstico levantado, as metas do plano de ação desta PA são: construir de forma coletiva a visão, missão, virtudes e valores, assim como construir a

logomarca. Desenvolver com os associados e de acordo a necessidade da associação um planejamento estratégico a curto, médio e longo prazo visando a estruturação da associação em suas perspectivas internas e externas.

2.3 Execução

A fase denominada execução, não precisamente se refere somente à execução das atividades. Sabe-se que algumas atividades são desenvolvidas desde a fase estabelecida como diagnóstico da pesquisa-ação. Visa dar validade aos objetivos elencados no plano de ação e torna possível a modificação da realidade. Segundo Dionne (2007), esta fase é responsável pela implementação da intervenção da pesquisa-ação; execução participante das atividades e avaliação contínua.

Nesta etapa ficará evidente o papel de cada participante da pesquisa. Se estes são percebidos e se sentem como meros executores ou objetos de pesquisa, suas atitudes evidenciará esta problemática, mas, se estes se sentem pertencentes ao desenvolvimento do projeto e são tratados como atores, a dinâmica da relação pesquisa-ação ficará evidente. Os atores devem ser capazes de dar continuidade as ações respeitando o que fora acordado no plano de ação. (DIONNE, 2007)

A execução da pesquisa-ação será realizada na comunidade Tabuleiro do Beija-Flor, pertencente ao distrito de São José, Município de Muritiba/BA, na Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Tabuleiro e região. Os protagonistas do processo são os próprios associados que são responsáveis por colaborar no processo de intervenção e avaliação da PA.

2.4 Avaliação

A avaliação do processo será desenvolvida de forma contínua pelo pesquisador e atores no final de cada atividade desenvolvida ou no início da próxima atividade, caso o tempo da atividade finalizada seja escasso, através de instrumentos do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e o diálogo contínuo entre os atores.

A pesquisa será construída em conjunto com os atores da pesquisa. A colaboração será em contínua troca entre pesquisador e associados. O constante processo de avaliação aumenta fortemente o impacto e transparência do processo, onde a avaliação dos recursos auxilia na retroalimentação de todo processo da pesquisa-ação.

O processo de avaliação será composto pela autoavaliação, avaliação do desempenho das atividades, elencando pontos negativos e positivos, análise da interdisciplinaridade, análise das atividades pelos atores, retroalimentação, reavaliação e difusão dos resultados. A sistematização de todas as etapas de é responsabilidade do pesquisador. Todo processo pode ser agrupado em um relatório, com vista à difusão dos resultados obtidos. “Não se deve conceber a intervenção da pesquisa-ação sem difusão dos resultados. [...]” (DIONNE, 2007, p. 117)

Como ferramenta de avaliação final do processo, visando observar a participação dos atores no processo de construção da pesquisa-ação serão utilizadas as atividades o que essa mão já fez? e O que essa mão é capaz de fazer? (ferramenta para análise da avaliação fina em discussão, provavelmente haverá mudança) Ambas têm como objetivo fazer com que os atores reflitam sobre sua participação na construção da PA e que eles ainda têm possibilidade de fazes, bem como os fazer refletirem seu papel de atuação na associação.

3. PARTICIPAÇÃO: UM PRINCÍPIO ATIVO NAS ASSOCIAÇÕES? O CASO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE TABULEIRO E REGIÃO - ASCOPETRE

A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Tabuleiro e Região (ASCOPETRE) foi criada em 14 de junho de 2003. Localizada no Recôncavo da Bahia, entre as cidades de Cruz das Almas e Governador Mangabeira, a associação está situada no Distrito de São José do Itaporã, pertencente ao Município de Muritiba/BA a 153 km de Salvador. A associação atende as comunidades do Tabuleiro, Beija-Flor, Pedrinhas, Candial e Corta-Jaca.

A ASCOPETRE tem como objetivo principal a representação, defesa administrativa ou judicial em órgãos públicos ou privados, dos direitos e interesses dos pequenos produtores rurais da área de abrangência da associação.

A composição da associação é demarcada por adultos com idade média de 30 a 70 anos, em sua maioria mulheres. Assim a ocupação do cargo de secretário de jovens e gênero e meio ambiente, ainda não foi ocupado, o que inclui a representação de uma mulher para defesa dos interesses femininos de acordo com o estatuto. Segundo o atual presidente, não há jovens envolvidos com a associação e as mulheres que participam não demonstram desejo de ocupar este espaço.

O desenvolvimento da pesquisa-ação na Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Tabuleiros e Região está sendo desenvolvida em parcerias com duas colegas do curso de especialização em Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia do IfBaiano de Serrinha, Gisele Amorim e Mariana Conceição, o que tem proporcionado perspectiva de melhor desenvolvimento e posicionamento da associação na comunidade, pois estas pretendem desenvolver atividades que visam analisar as questões ambientais na comunidade e questões relacionadas à produção e comercialização da associação, respectivamente.

Em várias experiências vivenciadas por comunidades rurais, observa-se que o associativismo é uma ferramenta chave para o desenvolvimento e envolvimento comunitário. Sendo utilizado de forma estratégica, o associativismo contribui para o crescimento de redes e aumentar a oportunidade sócio produtiva dos empreendimentos. Este meio de beneficiamento mútuo, tem sido utilizado corriqueiramente, como um mecanismo de beneficiamento individual e tentativa de escape de alguns regulamentos. Mas, ressalta-se que para um bom delineamento e progresso de uma associação sua construção deve tomar como base o interesse em comum dos indivíduos, assim como ser um processo de construção por eles e para eles.

O constante beneficiamento e incentivo por parte do Estado às associações e organizações com fins não lucrativos, possibilitou o desenvolvimento de organizações que se estruturam com finalidades de apropriação individual, sem tomar como base o estilo de vida, os princípios e doutrina que rege o funcionamento das associações. Com vista estes aspectos, têm sido recorrente encontrar associações desestruturadas, elencando que os associados não possuem nenhum conhecimento de seu papel neste espaço de construção e qual a finalidade da associação no local onde esta inserida.

O histórico de constituição da ASCOPETRE é dividido em dois períodos: antes e depois da representação de Raimundo (uma liderança nata da comunidade) como presidente da associação. O período que envolve mobilização, conscientização e formação da associação é desconhecido. Não foram encontrados documentos que comprovem o desenvolvimento destas ações.

Percebe-se que prezar pelo bem viver do grupo tem sido a maior preocupação do presidente. Elencando os fatores da não efetividade dos associados na associação, nota-se que tem sido feita vista grossa nas variáveis elencadas na associação, pois segundo o artigo 25 do estatuto é papel do presidente cumprir e fazer cumprir os estatutos.

Em sua maioria, Raimundo (antigo presidente) ainda se percebe como autoridade máxima da associação, mesmo depois de ter decidido em seu período de regência que aquele seria seu único mandato na associação, pois se sentia muito sobrecarregado. Até a regência de Raimundo a associação não possui documentos oficiais de funcionamento – Alvará Municipal e DAP Jurídico. Após formalização e estruturação, Raimundo resolve que não seria mais nada da associação porque não observava aderência dos associados em ajuda-lo. “Não aparecia ninguém nas reuniões e nem para ir às reuniões. Eu ficava pra cima e pra baixo, Salvador, Muritiba, Feira de Santana”, relata. Atualmente exerce o papel de tesoureiro que este ocupa por não ter aparecido ninguém para ocupação do cargo, mas o espírito de liderança ainda é perceptível em seus posicionamentos.

Um fator que pode contribuir para o tímido posicionamento das mulheres neste espaço é o posicionamento dos representantes que diversas vezes enfatiza o poder de atuação e decisão do ex-presidente. É percebido que diversas vezes o atual presidente se sente coagido quanto à ação e representação da associação, não se sentindo seguro de conduzir as reuniões e firmar posicionamentos sem antes consultar o ex-presidente. É evidente o papel de importância que esse ainda ocupa, sendo ele quem possui mais conhecimento sobre os aspectos burocráticos da associação.

Denota-se na estrutura da associação uma forte hierarquização na relação de poder. Não se sabe ao certo se este poder conferido ao ex-presidente é denominado a ele pela própria associação ou se o mesmo se apropria do fato das reuniões ocorrerem em sua residência e parte do corpo diretivo ser da sua família, além do mesmo ter grande influência e conhecimento na própria comunidade onde se encontra a associação. Afirma-se que nada ocorre sem o consentimento do mesmo, ou seja, Raimundo assume um grande aspecto simbólico na associação.

Os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU, 2001, p.9)

A forte influência do desenvolvimento da hierarquização nas comunidades e organizações, onde a tomada de decisão deveria ser com base na coletividade, advém da cultura capitalista. O desenvolvimento de tais atitudes se toma como base a economia, o status e o poder.

É evidente o alto potencial autossustentável da associação. A utilização do planejamento estratégico na associação como via de desenvolvimento, auxiliará a programação e percepção desta a curto, médio e longo prazo, possibilitando uma nova roupagem da associação à comunidade. Identificando-se como atores da construção do processo, pode se delinear como ação da associação na comunidade o desenvolvimento da produção de adubos orgânicos para os produtores da associação, sendo esta ação, um dos resultados das atividades desenvolvidas pelo planejamento estratégico.

Constado em ata que a associação possui cerca de 192 pessoas cadastradas, dentre elas estão ativas na associação cerca de 60 a 96 associados. Os encontros mensais da associação foram estabelecidos para toda 1ª terça-feira do mês porque melhor atende à demanda dos associados, mas mesmo assim, parece não funcionar. Os associados aparecem em quantidade significativa à associação quando sabem que estão sendo desenvolvidas ações que visam beneficiamento individual, assim, pagam todas as mensalidades que estão atrasadas para poder ter acesso aos benefícios: consultas médicas, mudas de plantas fornecidas pela Embrapa, aquisição de crédito junto ao Banco do Nordeste, dentre outros.

Observa-se que a não participação dos associados nas reuniões e a inadimplência nas mensalidades é histórico. Segundo uma das associadas, ela começou a ser efetiva na associação atualmente. Por não ver nenhum projeto sendo gerido, ou seja, nada acontecer por intermédio da associação, esta não se sentia motivada a participar da associação. Estava cadastrada, mas nunca havia pagado uma mensalidade. Após descobrir a enorme dívida que a associação adquiriu, esta se sentiu menos interessada ainda pela instituição. As informações eram centralizadas, quando veio saber da situação da associação ela já estava imersa nas dívidas. Começou a ser assídua nas Assembleias e nas mensalidades na atual gestão porque observou que havia um trabalho sendo desenvolvido (além do fato de o ex-presidente ser pai dela). Talvez seja este um dos motivos que impelem os associados a se sentirem participantes da associação e de atrair a comunidade a esta, sendo que as ações da associação são mais internas do que externas.

Observando o histórico da associação, a participação dos associados ainda é muito baixa. A convocação para as reuniões é estabelecida por meio de rede social, precisamente WhatsApp e o diálogo direto de casa em casa. “mas só enche mesmo aqui de gente quando é para direitos ou benefícios”, afirma Clodoaldo. Acredita-se que com a aquisição do trator para a associação (agosto/2017), por mediação política proporcionará maior visibilidade à associação.

Pelas evidências elencadas, questiona-se: Qual a real motivação dos associados em participarem da associação, sendo que alguns associados trabalham no plantio de fumo para as empresas da região e possuem vínculo de trabalho fora da comunidade? Alguns associados ainda fazem parte de projetos, como a Bahia Produtiva, em associações de outras comunidades vizinhas, além de produzirem e comercializarem de forma individual. Qual a real motivação para existência da associação?

Segundo Guimarães et al (2007), a participação/ envolvimento dos sujeitos é compreendida como habilidade de analisar, ter confiança, controlar, tomar decisões e agir, visando contribuir para a construção do que se almeja. Destaca que para incentivar a participação é necessária a transferência do poder e não a centralização de todas as demandas em um único sujeito. Ao utilizar o conceito de participação visando o desenvolvimento elenca que a percepção de “[...] desenvolvimento é primeiramente um processo de aprendizado, requerendo diálogo e consciência crítica. [...]” (GUIMARÃES; LOURENÇO; LOURENÇO, 2007, p.11)

Outro fator que tem uma relação profunda com o desenvolvimento é o pertencimento. Este ocorre na medida em que o indivíduo se identifica e se aprimora como ser social, ocasionando a satisfação pessoal e na medida em que este se sente importante para o grupo. Ressalta-se que a participação ou não dos indivíduos toma como evidência a falta de oportunidade, a falta de credibilidade no processo de mudança, resistência psicológica e dificuldades na relação interpessoal.

Entende-se que a natureza humana básica - sua vocação primeira - consiste na necessidade de a pessoa ser ativa em associação com seus semelhantes, desenvolvendo seu potencial. Isto é, o ser humano se torna uma pessoa e desenvolve sua humanidade na medida em que, pela atuação social, coletivamente compartilhada, canaliza e desenvolve seu potencial ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento da cultura do grupo em que vive, com o qual interage e do qual depende para construir sua identidade pessoal. (LUCK, 2008, p. 61)

Identifica-se que o grupo possui uma dificuldade na interação entre si – comunicação e relacionamento, apesar de possuírem laços de amizade bem definidos. Foi manifesto pelo grupo o desejo de despertar na comunidade o desejo em participar da associação e a vontade de fazer beneficiamento das frutas (polpas de frutas) para comercialização e possível fornecimento ao programa PNAE. Outra demanda levantada pela associação é a criação de uma logomarca para identificação da entidade.

Observa-se que a maioria dos associados não identifica ainda, a real importância do associativismo para a comunidade. Muitos estão vinculados à associação porque percebem que esta pode trazer benefícios para suas vidas, mas não se enxergam como protagonistas do processo. Não se candidatam a assumir cargos por não se acharem capazes de desempenhar algumas funções, mas o que fica expresso de forma evidente é que não sabem o real sentido do associativismo. Outro fator que pode desencadear falta de interesse da comunidade e dos próprios associados à entidade.

A todo o momento fica explícito nos encontros a falta de interesse da comunidade pela associação, evidenciando que um dos desejos da associação é despertar na comunidade a vontade de participar da associação. Indaga-se: O que falta na associação? Motivação? Desenvolver ações? Qual a real representatividade da associação? O que fazer para motivar os associados e a comunidade para a associação? Destaca-se que uma das maiores dificuldades da associação é financeira, além da falta de interesse (participação) dos associados e da comunidade.

Analisa-se que os conceitos de autogestão, associativismo, economia solidária e agroecologia não são exemplificados pelos associados. Ao serem questionados a exemplificar sobre tais terminologias os associados faziam a famosa cara de paisagem que fazemos quando desconhecemos algo. Assim, percebe-se uma grande necessidade de um aprofundamento teórico e prático dos assuntos elencados que são interligados, referindo-os a modo/estilo de vida, cultura e não somente forma de produção.

Na constante relação entre a comunidade, a associação e a figura do ex-presidente observa-se a constante presença da metonímia nesta relação: a referência constante da associação pelo seu ex-presidente “associação de seu Raimundo” ou a relação constante das atividades promovidas pela associação como sendo dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

Algumas outras inquietações foram surgindo e comprovadas durante o processo do diagnóstico, conforme levantamento da ferramenta árvore dos sonhos/problemas. Visto que alguns problemas são de ordem maior que foge da alçada de intervenção da presente pesquisa, foi provocada uma discussão com os associados e alguns membros da comunidade sobre algumas formas de posicionamento da associação nas questões que estavam criando pânico aos moradores da comunidade e atrapalhando as poucas atividades realizadas pela associação. Fica clara a constante insatisfação dos moradores sobre a administração da representação pública na comunidade, principalmente nos segmentos

educação, saúde e segurança. Afirma-se que tais fatores tem inibido atuação da ASCOOPETRE como entidade representativa.

4. CONSTRUINDO A AUTOGESTÃO ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DE LAÇOS

A autogestão mensurada pela economia solidária toma como base principal a liderança solidária compartilhada, levando em consideração o trajeto percorrido pelo empreendimento. Com base nos princípios delineados pela ANTEAG (2005), o trabalho mútuo, a cidadania, a valorização de pessoal, a tomada de decisão democráticas e coletivas, a transparência administrativa, a solidariedade e fraternidade são os fatores que dão origem a autogestão.

De acordo com Puton (2012, p.23), “a autogestão, historicamente, vem sendo analisada como ideia e palavra, pois pode ter sentidos e conotações diferentes, dependendo do tempo histórico, político ou social em que a consideram.” Neste aspecto, há muitas lideranças que a consideram como uma utopia, um sonho difícil de ser alcançado, logo, a autogestão atua como processo político de atuação dos sujeitos. Mas, é esta utopia que da vida ao movimento econômico e solidário.

A utilização de ferramentas que possibilitam a interação de todos os sujeitos que se tornam atores do processo é de fundamental relevância para o fortalecimento da autogestão. Nesse intuito para execução da PA foram utilizadas algumas técnicas como: visita guiada á comunidade, oficina sobre a importância da mulher, roda de conversa sobre a associação e o papel do associado e oficina para construção da missão, visão e valores da associação.

Assim, para desenvolvimento dos fundamentos da autogestão é necessário conhecer-se a realidade local/regional e cultural onde às lideranças irão atuar. Conhecer a realidade local e estabelecer laços de confiança com a comunidade é um dos aspectos que a pesquisa-ação possibilita. Como outsider do processo, o pesquisador precisa interagir com o meio onde se inseri para poder compreender a nova realidade a este proposta. Como forma de viabilizar este processo, foi adotado como uma das atividades para execução da PA, a visita guiada à comunidade.

Por visita guiada, entende-se a ampliação da aprendizagem na perspectiva técnica/prática, podendo esta ser definida como um instrumento tecnológico para a formação humana. O intuito da aplicação da visita guiada, é aumentar a qualidade da

formação crítica dos participantes do processo com base em experiências, histórias e culturais distintas. (ARAÚJO; QUARESMA, 2014). A estratégia da visita guiada possibilitou adaptação dos dias e horários das atividades desenvolvidas na associação, com foco nas necessidades dos participantes, bem como conhecer a realidade onde a associação está imersa.

Tendo como base a constante ânsia de provocar nas mulheres o desejo de inserir nos espaços de debates e contribuir para fortalecimento destes núcleos, no dia 08 de Março de 2017, aproveitando a comemoração do Dia Internacional da Mulher foi realizado uma roda de conversas sobre a importância da mulher na ASCOPETRE, com o objetivo de fortalecer a representatividade da mulher na associação, refletindo sobre seus potenciais na comunidade.

É notório no decorrer de algumas reuniões se observarem a representação das mulheres no espaço da associação como representação familiar, sendo que da mesma família, o pai, o marido e/ou filhos são associados, mas como decorrência de outras ocupações, apenas as mulheres firmam o compromisso de comparecer às reuniões, mas não sabem de fato qual seu papel no espaço da associação.

Promover o empoderamento econômico e político das mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente o das mulheres negras, consideradas as mais pobres, atrair investimentos, promover e reforçar a integração da mulher, analisar os constrangimentos e oportunidades para o empoderamento das mesmas, são fatores que embasam o agrupamento de mulheres em diferentes locais, porém na comunidade em evidência as mulheres participantes da situação não perceberam ainda seu potencial de mudança.

Costa (2010, p.2) reflete sobre como a figura da mulher foi tomando forma no progredir da sociedade. Para ela, o papel que a mulher assumiu como responsável pela reprodução da espécie favorecia a esta a subordinação ao homem, surgindo, as sociedades patriarcais com base no domínio do homem, pelo constante interesse de posse dos bens e a garantia da herança dela para as gerações futuras. Assim, “a mulher foi sendo considerada mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar. O homem, associado à ideia de autoridade devido a sua força física e poder de mando, assumiu o poder dentro da sociedade”. (COSTA, 2010, p.2)

Ao serem questionadas sobre seu papel na associação e na comunidade, as mulheres mais novas ficavam receosas de se posicionarem. Ao contrário destas, as mulheres mais velhas já tinham um posicionamento formado sobre seu papel na

comunidade, a exemplo: ser mãe, cuidar do próximo, trabalhar e educar os filhos. Fica marcado nas falas que estas mulheres ainda não se sentem e/ou se veem como e/ou pertencentes à associação e comunidade, pois não verbalizam nenhuma relevância sobre suas atuações nestes espaços.

A desmistificação sobre as relações de gênero e geração é uma temática primordial a ser debatido em todas as atividades, visto que em sua maioria, no espaço rural é notório perceber as mudanças promovidas pela atuação das mulheres e jovens em suas localidades. Grande parte dos alimentos produzidos pela agricultura familiar na atualidade é oriunda de empreendimentos familiares conduzidos por mulheres. A mulher camponesa representa cerca de 60% da força produtiva das comunidades rurais. Nestes espaços também é possível detectar a influência das lutas da mulher rural em prol da expansão de assistências médicas e espaços educacionais e recreativos.

Como o objeto de trabalho envolve o tensionamento à participação das pessoas na associação evidenciando o processo autogestionário da associação, não se poderia deixar de dar relevância ao papel feminino na organização. Assim, a atividade explicitada toma como requisito despertar nas mulheres que compõe a associação a assumirem seus papéis representativos na comunidade e na associação, fator que influenciará de forma direta na autogestão da organização e na participação efetiva destas nos espaços onde se inseri.

Visando inserir os associados no ambiente organizacional da associação, bem como fazê-los pertencentes e promotores de ações e tomadas decisões nestes espaços, fora realizado uma roda de conversas intitulada Conhecendo a Minha Associação com intuito de promover um espaço de discussão sobre o funcionamento e regimento da associação. Fora apresentado aos atores o Estatuto Social que regulamenta a instituição, evidenciando o objetivo de atuação do empreendimento, suas áreas de atuação e qual a finalidade do Estatuto.

Conforme a OCESP ([s.d]), o Estatuto Social é definido como o conjunto de regras que regulamenta uma instituição, estabelecendo os direitos e deveres dos sócios, além de outras determinações. O Estatuto é o que valida a atuação da instituição e possibilita suas ações. Em geral, o estatuto deve ser redigido com a participação dos associados, visando atender as necessidades destes.

Para confecção do Estatuto existe um padrão a ser seguido, mas de forma ampla, o que tem ocorrido é uma cópia de estatuto entre os empreendimentos de economia solidária (EES), fator que enfraquece e invalida o processo de construção do empreendimento. Ao verificar esta lacuna de formação do EES percebe-se que geralmente o processo de criação

dos empreendimentos não tem ocorrido de forma a demandar diretamente dos atores (horizontal) e sim de forma vertical.

A compreensão dos direitos e deveres dos associados foi diluída também nesta roda de conversas. É notória a falta de compreensão dos associados de todos os direitos e deveres, assim como da existência do estatuto. Até a figura do presidente não sabia de fato a serventia do estatuto e nem tinha conhecimento de suas obrigações dentro do empreendimento.

Esta abordagem quanto à falta de conhecimento das organizações quanto aos seus regulamentos, direitos e deveres já são tidos como corriqueiro, principalmente quando a existência dos empreendimentos tem origem política, fator que dificulta o processo de compreensão da autogestão no empreendimento, questão tida ainda em construção nos espaços de diálogo, considerando que ainda existem fatores preponderantes para conhecimento dos associados até sua completa delimitação da autogestão.

Na construção dos sentimentos de pertencimento e da autogestão no empreendimento fica nítida a necessidade de ser trabalho juntamente com os associados o papel da representação e da liderança, bem como os diversos tipos de líderes. De acordo Veronese (2008) citado por Pauli et al (2013) há um despreparo das lideranças frente às exigências do trabalho, sendo esse fator preponderante de uma sociedade fragmentada que tende a especialização excessiva, desigual nas formações profissionais e que tende a manter uma concentração no topo das pirâmides. Mas, Tauile et al (2002, p.63) afirma que a autogestão fortalece a liderança na perspectiva que “estar trabalhando num negócio que é seu e do qual o trabalhador participa das decisões permite uma motivação maior apesar das adversidades.”

Na associação em destaque, percebe-se uma mistura nas relações de poder. Ou seja, são identificados traços das relações de poder vertical quanto horizontal. As informações e demandas são passadas comumente ao grupo e as tomadas de decisão são tomadas pela coletividade, mas se o ex-presidente estiver ausente o posicionamento da coletividade fica passivo da opinião do ex-presidente, que se posiciona de maneira influente aos associados e dependendo da sua perspectiva provoca mudança de posicionamento nas decisões.

A fase da execução da PA ainda encontra-se em desenvolvimento. Conforme as atividades são realizadas e observadas algumas necessidades no próximo encontro realiza-se um apanhado da última atividade juntamente com a avaliação ou pode ocorrer também uma mudança na temática da próxima atividade proposta, bem como sua metodologia.

5. NOTAS CONCLUSIVAS

De forma precisa, ainda é inconsistente as tomadas finais deste trabalho, visto que ainda encontra-se na fase de execução. É nítido que o entrave principal para êxito do empreendimento dilui-se na falta de participação, efetividade e planejamento do empreendimento. Segundo Verdejo (2006), a participação é o que move os empreendimentos de base coletiva, sem o delineamento e apropriação deste artefato tudo que venha ser executado, tomara como base a centralidade, desconfigurando assim a característica principal dos EES.

A participação nesse sentido é delineada de diversas formas e modos. Verdejo (2006) afirma que a participação assume várias etapas: Passividade- ações geradas sem consulta aos beneficiários; Fonte de informação – pergunta-se ao beneficiário, mas não o permite decidir sobre as atividades posteriores; Consulta – leva-se em consideração o posicionamento dos sujeitos; Participação à base de incentivos materiais – participação através de troca, mas a possibilidade de intervenção é limitada; Participação funcional – fracionamento do grupo para tomadas de decisões para alcance de objetivos fixados; Participação interativa – participação plena no planejamento e execução do projeto; Autoajuda – iniciativa e ação de modo independente por parte da comunidade.

Com base na descrição de Verdejo (2006) é evidente que a participação dos sujeitos no empreendimento toma como base a participação com base em incentivos materiais e a autoajuda. A articulação para reunir boa parte dos associados, visando construir o processo autogestionário no empreendimento tem sido construída de maneira complexa: nos momentos que ocorre a reunião mensal da associação só comparecem em sua maioria, os parentes do ex-presidente. Os espaços que mais consegue reunir associados são em momentos que chegam benefícios para a associação.

Ao fazer a leitura do estatuto percebem-se enormes discrepâncias entre o que se vive no cotidiano da associação e as nuances do que se projeto no regimento (estatuto). Assim, algumas informações são apanhadas de forma indireta proporcionando ao pesquisador um melhor aproveitamento de tempo, bem como, a possibilidade de não desenvolver um clima desagradável ao direcionar questionamentos que possam causar constrangimento.

Constado em ata que a associação possui cerca de 192 pessoas cadastradas, dentre elas estão ativas na associação cerca de 60 a 96 associados, indaga-se qual a real intenção da manutenção destas pessoas na associação, visto que muitas destas nunca compareceram

à associação. Percebe-se que prezar pelo bem viver do grupo tem sido a maior preocupação do presidente. Elencando os fatores da não efetividade dos associados na associação, nota-se que tem sido feita vista grossa nas variáveis elencadas na associação, pois segundo o artigo 25 do estatuto é papel do presidente cumprir e fazer cumprir os estatutos.

De acordo com o artigo 23 do Estatuto, compete à Diretoria Geral a elaboração de um plano de trabalho para a associação, aspecto que não vem sendo desenvolvido, analisando que a associação não tem projeção de realização de atividades concretas a curto, médio e longo prazo e a atual preocupação desta é a finalização da construção da sede da associação. Tendo esta questão em evidência, analisa-se a necessidade da criação de um planejamento estratégico a curto, médio e longo prazo para a associação, sendo este construído pela real demanda da organização e que estes sejam capazes de se desenvolverem e atuar com base nesta ferramenta.

Assim, visando assegurar a apropriação do processo da autogestão e a capacitação constante dos associados em torno dos princípios que delimitam sua atuação, houve uma conversa prévia com os representantes da associação sobre o diagnóstico percebido e a proposição da possibilidade do desenvolvimento de uma ação interventiva através do planejamento estratégico visando traçar e ajustar estratégias voltadas a des-re-estruturação da associação. Pretende-se pactuar o plano de ação e a definição do planejamento estratégico nos próximos encontros. Estes serão resultados da percepção e construção coletiva.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participações Acionárias. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia**, v.2. ANTEAG. São Paulo: TEM, PNQ, 2005.

ARAÚJO, Glausirée Dettman de; QUARESMA, Adilene Gonçalves. Visitas guiadas e visitas técnicas: tecnologia de aprendizagem no contexto educacional. **Competência**, Porto Alegre, RS, v.7, n.2, p. 29-51, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/175/196>. Acesso em: 12/06/2018.

ARNSTEIN, S.R. A Ladder of Citizen Participation. **In Journal of the American Institute of Planners**, Vol. 35, No. 4, July 1969, p. 216-224. Disponível em: . Acesso em: 14 /08/2017.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de LucieDidin - Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHAVES, Daniela Freitas. PINTO, Iléia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento**. T & C Amazônia: 2007.

COSTA, C, Lucia. **Gênero: uma questão feminina?** 2010. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/Genero.htm>. Acesso em: 01/05/2017.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Tradução MichellThiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GUIMARÃES, Rosângela dos Reis. LOURENÇO, José Nestor de Paula. LOURENÇO, Francisneide de Sousa. **Métodos e técnicas de diagnóstico participativo em sistemas de uso da terra** - Apostila de curso . Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007. 32 p. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/M%C3%A9todos-e-t%C3%A9cnicas-de-diagn%C3%B3stico-participativo-em-sistemas-de-uso-da-terra.pdf>. Acesso em 20/05/2018.

LUCK, Heloísa. **A Gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. São Leopoldo: Unisinos, 2002. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br> Acesso em: 19/08/2018.

PUTON, A.M.P. **Modelos de Gestão de Empreendimentos Solidários**. Monografia. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2012.

PAULI, Jardir. BENDER, Nair. ZANELLA, William. **Perfil de liderança em Empreendimentos de Economia Solidária**. PERSPECTIVA, Erechim. v.37, n.138, p.93-104, junho/2013. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_350.pdf. Acesso em 01/09/2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: 2ª ed, Autores Associados, 1986.